



**ATA 1836ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos dez dias do mês de abril de dois mil e quinze, às dezenove horas, realizou-se a
2 milésima octingentésima trigésima sexta reunião Plenária Ordinária do Conselho
3 Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e
4 nove. Estiveram presentes 20 (vinte) conselheiras(os), sendo essas(es) efetivas(os)
5 e suplentes, a seguir indicadas(os): Adriana Eiko Matsumoto, Aristeu Bertelli da
6 Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow, Guilherme Luz Fenerich, Ilana
7 Mountian, Joari Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luís
8 Fernando de Oliveira Saraiva, Maria Ermínia Ciliberti, Bruno Simões Gonçalves,
9 Camila de Freitas Teodoro, Dario Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima
10 Bernardes Sales, Jonathas José Salathiel da Silva, Lívia Gonsalves Toledo, Maria
11 das Graças Mazarin de Araujo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Regiane
12 Aparecida Piva e Sandra Elena Sposito, conforme lista de presença anexa que é
13 parte integrante desta ata. **ORDEM DO DIA: I) JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIAS -**
14 Foram consideradas as justificativas de ausência das(os) demais conselheiras(os):
15 Graça Maria de Carvalho Camara, Janaína Leslão Garcia, Luiz Eduardo Valiengo
16 Berni, Marília Capponi, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces,
17 Sergio Augusto Garcia Júnior e Silvio Yasui. **II) INFORMES – 2.1) XXIX Congresso**
18 **do COSEMS/SP** – Maria Ermínia Ciliberti informa que durante o XXIX Congresso
19 do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo
20 (COSEMS/SP) estiveram presentes muitos prefeitos discutindo saúde, sempre pelo
21 viés da discussão econômica envolvida. Pontua que mesmo o cenário não sendo
22 tão ruim, já é sabido que ocorrerão muitas mudanças na rede, inclusive com
23 demissões, mas isso ainda não foi noticiado na grande mídia. Pondera que o
24 grande desafio é de formular novas propostas, considerando os desafios para o
25 próximo período. Ainda sobre o Congresso, informa que teve a apresentação de
26 diversos trabalhos de psicólogas(os), com temas diversos. O evento contou com a
27 participação de mais de 1.500 (um mil e quinhentas) pessoas. Também houve a
28 eleição do COSEMS/SP, sendo que o presidente eleito é do município de Ribeirão
29 Preto e a vice-presidente de São Bernardo do Campo. **III) ANÁLISE DE**
30 **CONJUNTURA E POSICIONAMENTO DO CRP SP** – A conselheira Elisa
31 Zaneratto Rosa comenta sobre as diversas mobilizações realizadas decorrentes da
32 ameaça de redução da maioria penal. Cita que o atual momento é de muitos
33 desafios e ameaças aos direitos conquistados. É importante que seja realizada
34 discussão sobre o atual cenário na política nacional. Gustavo de Lima Bernardes
35 Sales diz que esse cenário se desdobra em ações para o CRP realizar, de
36 tensionamento desta discussão. Sobre as questões que envolvem o Núcleo de



37 Criança e Adolescente, cita a importância das ações e discussões sobre a Escuta
38 Especial de Crianças e Adolescentes e sobre a Fundação Casa. Comenta também
39 que algumas dessas pautas o CRP SP já vinha tentando discutir na Assembleia
40 das Políticas, da Administração e das Finanças. As pautas da APAF se
41 acumularam e agora está complicado o tempo para que se discutam todas as
42 pautas. Também há dificuldade de alinhar os posicionamentos e encaminhamentos
43 de todas essas questões a partir do Núcleo, portanto, sugere que a plenária os
44 defina para que haja alinhamento na condução das ações que são realizadas.
45 Maria Ermínia Ciliberti comenta que desde de janeiro há muita rapidez nas
46 mudanças que estão sendo colocadas na conjuntura política nacional. Nesse
47 processo, ocorreu uma profunda mudança na política: os partidos mais
48 conservadores alcançaram uma posição de destaque e estão assumindo a direção
49 do país. As bandeiras desta gestão do CRP SP são de oposição, mesmo que
50 apoiem o atual governo da situação. Cita que o Sistema Único de Saúde (SUS) e
51 os Direitos Humanos estão em risco. As mobilizações são motivadas pela questão
52 econômica, pela inflação e pela diminuição do poder de compra. Nessa conjuntura,
53 é necessário ampliar o leque de alianças e, para isso, é preciso flexibilizar na
54 construção dessas alianças, pois o CRP não pode fazer o enfrentamento de forma
55 isolada. Comenta que quando há avanço do conservadorismo na sociedade, há
56 também avanço do conservadorismo na Psicologia, inclusive dentro das entidades
57 da Psicologia. Para ela, é fundamental, por exemplo, que entidades da Psicologia
58 da Educação se posicionem contra a redução da maioria penal. Percebe que há
59 muitos 'silêncios' inclusive dentro da própria plenária e que isso é significativo para
60 explicar a dificuldade que existe na definição de alguns posicionamentos. Elisa
61 Zaneratto Rosa, sobre a questão econômica, entende que o CRP deve se
62 aprofundar, pois é uma política ideológica. Há um movimento maior, é um processo
63 histórico de crise do capitalismo, inclusive internacional. Concorde com Gustavo de
64 Lima Bernardes Sales de que há muitos pontos relacionados com esse momento
65 que o CRP SP tem tentando discutir inclusive em APAF, as diversas pautas que
66 estão avançando na política, como a redução da maioria social, a demarcação
67 de terras indígenas e a terceirização. Importante também saber que muitas(os)
68 psicólogas(os) são contra o posicionamento do CRP nessas pautas. Assim, é
69 importante que o plenário defina, nesse cenário, quais serão os pontos prioritários.
70 No processo, foi realizado contato com o Conselho Federal de Psicologia (CFP)
71 para posicionar sobre a importância de estar presente na Comissão de
72 Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, oferecendo inclusive a carta feita pelo
73 CRP SP. O CFP esteve presente na audiência pública, sendo que a vaga foi
74 garantida pelo CRP 01. Quanto à carta, quando essa virou uma carta de entidades,
75 o CRP SP encaminhou para todos os Regionais e para o Federal, solicitando a



76 subscrição. O CFP respondeu que o CRP SP tentava protagonizar o debate e
77 encerraram a questão. A Carta foi então encaminhada com as assinaturas dos
78 Regionais que se manifestaram. Pondera que a categoria ainda é muito
79 conservadora, então as bandeiras levantadas pelo CRP são difíceis, mas deve-se
80 ter a clareza que se trata de deliberações do Congresso Nacional da Psicologia
81 (CNP). Maria Ermínia Ciliberti pontua que em relação às Comunidades
82 Terapêuticas, o CFP reviu sua posição e agora está alinhado com o CRP SP nos
83 seus posicionamentos junto ao Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas
84 (CONAD). Elisa Zaneratto Rosa comenta que recentemente o CRP SP recebeu a
85 informação de que Inara Barbosa Leão estava se afastando da plenária do Federal.
86 Ao comunicar seu desligamento informou todos os impedimentos para a
87 continuidade da publicação da Revista Ciência e Profissão, pontuando que não
88 havia a transparência necessária e não queria ter seu nome associado aos
89 problemas que impedem a publicação da Revista. Após esse comunicado, o CRP
90 SP encaminhou ofício para o representante da região sudeste no grupo, solicitando
91 que pedisse mais informações ao CFP, para que este CRP possa discutir o assunto
92 na APAF. Maria Ermínia Ciliberti comenta que, apesar de diversos percalços no
93 processo, representou o CRP no XXIX Congresso do Conselho de Secretários
94 Municipais de Saúde do Estado de São Paulo. Considera relevante que foi a
95 primeira vez que ocorreu um debate com os prefeitos discutindo saúde, mas
96 sempre trazendo a questão da crise econômica que afeta os municípios. Também,
97 muitos justificaram que há verba destinada para a saúde e educação, e que não
98 conseguem destinar parte a outras políticas públicas devido à Lei de
99 Responsabilidade Fiscal. Comenta que há rumores de que haja corte de
100 funcionários(as) nas prefeituras, mas isso ainda não está noticiado na mídia.
101 Pondera que um dos aspectos positivos do Congresso foi ter um debate público de
102 pontos de embate entre as entidades e os representantes. Também houve o
103 apontamento de que será imediato o fechamento dos leitos dos hospitais
104 psiquiátricos. Considera também que a participação de psicólogas(os) foi positiva,
105 pois trouxeram apresentações envolvendo trabalhos com acumuladores, trabalho
106 com animais, entre outros, com os quais o CRP pode se aproximar para conseguir
107 trazer essas discussões. Por outro lado, há uma parte da categoria que é
108 conservadora e para a qual esta autarquia deve considerar para pensar nas ações
109 a nas formas de inserção. Ilana Mountian comenta que se trata de um momento
110 muito particular na política. Há muitas pautas sobre as quais o CRP precisa se
111 posicionar. Cita como exemplos o Manifesto sobre o Estatuto da Família, a
112 mobilização contra a redução da maioria penal, a luta contra o racismo, contra o
113 sexismo e as defesas relacionadas à questão das drogas, citando que são pautas
114 sobre as quais o CRP está no enfrentamento e que têm muita resistência na



115 sociedade. Mas, sugere que o viés adotado pelo CRP, ao se manifestar sobre
116 essas pautas, seja sempre o da defesa dos direitos humanos, apresentando as
117 razões por apoiar estas bandeiras, afeitas às minorias. Bruno Simões Gonçalves
118 informa que concorda com Ilana Mountian sobre a necessidade do cuidado com as
119 pautas que esta gestão defende. Informa que nas duas últimas semanas têm
120 ganhado força pautas muito conservadoras. Trata-se de um momento de
121 retrocesso muito grande. Sugere que o CRP se posicione sobre a terceirização,
122 que é uma das pautas que estão em destaque no momento. Sandra Elena Sposito
123 pondera que mais do que as pautas tradicionais, é um momento de lutar por pautas
124 pelas quais já lutávamos, mas que agora há risco de se retroceder ainda mais,
125 como a questão da terceirização, que trará maior precarização das condições de
126 trabalho. O Projeto de Lei da Terceirização atinge profissionais da saúde e das
127 políticas públicas e o CRP ainda não se posicionou. As pautas conservadoras têm
128 sido trazidas pelo Congresso Nacional de forma muito rápida e o CRP SP não está
129 organizado para responder a cada uma delas com rapidez, assim, entende que
130 deve ser feito um plano emergencial, para conseguir responder com mais rapidez
131 quando alguma dessas pautas surge. Elisa Zaneratto Rosa considera importante a
132 questão das pautas que pegam o CRP de surpresa, usando como exemplo a
133 questão da redução da maioria penal, que tem sido discutida e que este CRP,
134 inclusive, pediu pauta em APAF. Então nem todas são propriamente surpresas, já
135 havia alguma previsão de que pudessem reaparecer. Pontua que já existem
136 coletivos organizados para trabalhar com essas questões emergenciais, que são os
137 Núcleos e Comissões do CRP: são as pessoas que estão trabalhando com cada
138 um dos temas que têm condições de apontar os caminhos que o CRP deve seguir.
139 Pondera que ainda há fragilidades do CRP no processo. No dia 07 de abril foi
140 comemorado o Dia Mundial da Saúde, mas o CRP não esteve presente nas
141 mobilizações. Assim, para ela, talvez seja momento de repensar a forma como esta
142 gestão faz a política. A outra fragilidade que aponta refere-se ao fato de que apesar
143 dos vários coletivos que trabalham as temática, muitas vezes o CRP não se
144 articula. O processo de enfrentamento à pauta da redução da maioria penal
145 mostrou a importância de chamar os coletivos que tratam dos temas. Mas que para
146 muitos enfrentamentos, o CRP fica isolado. Bruno Simões Gonçalves pontua que
147 novas surpresas de pautas ocorrerão e é importante pensar como vamos articular
148 para lidar com essas questões, o que não configuraria um plano emergencial, pois
149 entende que é um momento que ainda se estenderá por bastante tempo. Ilana
150 Mountian comenta que o CRP tem paralisado as ações em andamento para lidar
151 com as pautas e ações emergenciais. Assim, é importante que se tenha em foco de
152 não perder as demais ações e pautas do CRP. Propõe que os movimentos sempre
153 sejam acionados para estarem ao lado do CRP nas diferentes pautas. Como modo



154 de lidar com as pautas emergenciais, sugere que cada núcleo eleja uma pessoa ou
155 um grupo de pessoas para ficarem responsáveis por atender a essas demandas.
156 Maria Ermínia Ciliberti pondera que não há um plano de ação e que o CRP tem que
157 decidir como irá atuar, que pode ser através da contratação de um assessor em
158 Brasília. É um momento de divisão do país em dois grupos: aqueles favoráveis ao
159 atual governo e aqueles contra. Gabriela Gramkow pontua que é importante definir
160 como o CRP irá enfrentar essas questões, que pode ser através de estratégias que
161 vislumbrem ações para além de lidar com as emergências, sempre permeando a
162 função desta entidade enquanto conselho profissional, através dos Núcleos e
163 Comissões. Pontua também a importância de estar articulado com a rede nas
164 pautas comuns. Elisa Zaneratto Rosa sugere que o plenário dê continuidade à
165 discussão da pauta dessa plenária, pois entende que os pontos trazidos nessa
166 discussão permearão as demais discussões. **IV) CRIANÇA E ADOLESCENTE -**
167 Elisa Zaneratto Rosa comenta que há diversas pautas relacionadas à temática da
168 criança e adolescente que têm estado em destaque. Assim, solicita que Gabriela
169 Gramkow e Gustavo de Lima Bernardes Sales apresentem o panorama das
170 diversas pautas que envolvem a temática da infância. **4.1) Campanha de 25 Anos**
171 **do ECA -** Gustavo de Lima Bernardes Sales cita que uma das ações do CRP SP
172 em relação a essa temática é a Campanha de 25 anos do Estatuto da Criança e do
173 Adolescente (ECA), porém, ainda não foi definida uma identidade visual para essa
174 Campanha. Comenta que há muitas ações que estão sendo realizadas nas
175 subsedes, em parceria com os movimentos sociais, e ter essa identidade visual
176 facilitaria o diálogo e a identificação como uma ação integrante da Campanha. O
177 Departamento de Comunicação produziu três propostas de logos que serão
178 apresentadas à plenária para definição de qual será utilizada. Gabriela Gramkow,
179 sobre a Campanha de 25 anos do ECA, comenta que o Núcleo de Criança e
180 Adolescente tentou articular uma reunião com o Grupo de Trabalho (GT) criado em
181 plenária para cuidar da Campanha, mas por conflito de agendas, não foi possível
182 realizar essa reunião. Por isso, na última quarta-feira, 08 de abril, ocorreu uma
183 reunião entre o GT e a Diretoria. O cuidado da Diretoria é de que haja alinhamento
184 nesses processos. Por essa razão, convidaram Julia Joia para participar desta
185 plenária. Adriana Eiko Matsumoto pondera que quando foi tomada a decisão de ter
186 o ano temático dos 25 anos do ECA já era de conhecimento do plenário de que
187 isso incorreria em um novo método de trabalho: de articulação. E, nesse ínterim,
188 houve o desarquivamento da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que versa
189 sobre a redução da maioria penal. Comenta, ainda, que tem tido retorno das
190 pessoas que têm participado das reuniões desse grupo articulado e que agradecem
191 pelo CRP ter conseguido aglutiná-los. Comenta-se também que haverá edição do
192 Jornal PSI que será temática sobre os 25 anos do ECA. Gustavo de Lima



193 Bernardes Sales conta, ainda, que o Núcleo de Criança e Adolescente criou um
194 Grupo de Trabalho para discutir o Seminário de 25 anos do ECA, que será
195 realizado no mês de julho. Ocorreu uma primeira reunião na última semana e
196 ocorrerá outra na próxima semana, dia 13 de abril. Joari Aparecido Soares de
197 Carvalho comenta que é necessário integrar as pautas, cita que há uma discussão
198 no Núcleo de Educação que está sendo feita separadamente à Campanha de 25
199 anos do ECA. O Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo demorou a sair e
200 os adolescentes continuam sendo mal atendidos pela rede. Maria Ermínia Ciliberti
201 sugere que seja feito um broche no estilo “*pin*” com a identidade visual da
202 Campanha. Pontua também que é importante que as Comissões sejam de fato
203 transversais às temáticas trabalhadas pelo CRP. Indica que para o Dia 18 de maio
204 (Dia da Luta Antimanicomial) seja considerada também a temática de criança e
205 adolescente, sendo que, para isso, pode-se fazer evento em parceria com a
206 Prefeitura da cidade de São Paulo, para fazer a atividade, que pode ser a exibição
207 de um filme ou uma tenda de atividade. Aristeu Bertelli da Silva conta que foi feita
208 reunião do grupo destacado em plenária para pensar a Campanha de 25 anos do
209 ECA. Nessa reunião foi feito levantamento do que o CRP SP e o Sistema
210 Conselhos já haviam feito em relação às comemorações de aniversário do ECA e,
211 desde os 15 anos desse Estatuto, tem sido trabalhada a questão da redução da
212 maioridade penal. A ideia é não abandonar bandeiras como essa da redução, do
213 genocídio, etc. Entender e pautar o ECA como instrumento de direitos. Dentro da
214 campanha, utilizar o brincar dentro dessas demandas. Vale lembrar que a própria
215 Unicef também tem feito esses posicionamentos. Comenta-se também da
216 importância de que haja diálogo com os municípios que estão com os planos de
217 atendimento socioeducativo atrasados, pois tanto os municipais, quanto os
218 estaduais deveriam ter sido aprovados em dezembro do ano passado. Cita-se
219 também que o GT está discutindo a participação social na Conferência de Criança
220 e Adolescente e que na próxima reunião tentarão fechar o mote da Campanha.
221 Gustavo de Lima Bernardes Sales diz que há dois GTs, um pensando sobre a
222 Campanha do ECA e outro no Seminário de Criança e Adolescente. Entende que o
223 NCA não pode se distanciar do planejamento da Campanha, embora haja esses
224 coletivos divididos para tocar as ações. Um método de articular e disseminar tem
225 sido a manutenção deste ponto na plenária. Gabriela Gramkow afirma entender
226 que a identidade visual (como o logo) deve ser pensada a partir da definição do
227 mote para essa Campanha. Os dois GTs que foram criados (da Campanha e do
228 Seminário) precisam se articular para pensar sobre o mote da Campanha. Na
229 próxima reunião do GT tirado em plenária para pensar a Campanha, participarão
230 pessoas da mídia para auxiliar a pensar sobre esse mote. A ideia é que já na
231 próxima plenária seja apresentado o calendário de ações e o mote. Ocorrerá



232 também a X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e
233 entende-se que a agenda cruzará a da Campanha do ECA, mas é importante ter
234 atenção ao calendário, para que as mobilizações e ações sejam realizadas a
235 tempo. **Encaminhamento: A)** O GT responsável pela Campanha de 25 Anos do
236 ECA deverá continuar o trabalho de pensar a campanha, tendo como norteador a
237 sensibilização da sociedade. A partir disso, criar o mote da Campanha. Somente
238 após a definição do mote será possível finalizar a identidade visual dessa
239 Campanha. **B)** É importante que a Campanha tenha apelo junto à imprensa. **C)** As
240 ações que têm sido realizadas, relativas à infância e juventude, deverão compor
241 também essa Campanha. **D)** O Seminário de Criança e Adolescente também
242 deverá ter essas linhas norteadoras da Campanha. **E)** A plenária aprova o nome de
243 Cenise Monte Vicente para compor como colaboradora o GT Campanha do ECA.
244 Outros nomes que o plenário entender importante que também participem desse
245 GT estão aprovados *ad referendum*. **4.2) Redução da Maioridade Penal –**
246 Gustavo de Lima Bernardes Sales informa que foi realizada uma grande
247 mobilização entre diversas entidades para o enfrentamento à pauta da redução da
248 maioridade penal. Essa mobilização tomou uma proporção maior do que o CRP SP
249 pôde conduzir. Dentro desse grupo articulado, estão sendo criadas diversas
250 comissões, das quais ele entende que é importante que o CRP indique
251 representante para cada uma. Apresenta, ainda, sua preocupação de que, tendo
252 em vista o grande número de movimentos articulados, as ações se pulverizem.
253 Gabriela Gramkow comenta que, a respeito do andamento da redução da
254 maioridade penal, conforme deliberação das últimas plenárias ordinárias, se definiu
255 que o CRP SP apoiaria a mobilização contra o avanço dessa pauta. Cita que, via
256 Diretoria, buscou-se os movimentos mais próximos ao CRP historicamente. Porém,
257 o CRP não se colocou como protagonista da ação de mobilização, mas foi o
258 catalizador desse grupo. E, em seu entendimento, o CRP deve seguir junto a esse
259 grupo articulado, ajudando a construir as estratégias de enfrentamento. O grupo
260 pode, inclusive, articular outras ações no campo da infância, sendo parceiro do
261 CRP em possíveis ações planejadas para este ano. Pondera que o campo está
262 sendo ativado com esses atores que se articulam, o que causa um impacto maior.
263 Esse grupo articulado realizou seu primeiro encontro no CRP SP e contou com a
264 participação de representante deste Conselho. Foi a partir dessa reunião que
265 formaram quatro comissões para trabalhar as diversas esferas de discussão. Joari
266 Aparecido Soares de Carvalho conta que esteve no Congresso Nacional, em
267 Brasília, com o grupo mobilizado contra a redução da maioridade penal e não
268 apresenta nenhuma ressalva ao movimento, o qual é bem interessante. Relata que
269 foi um momento de muita aprendizagem, uma combinação de pessoas mais vividas
270 com movimentos sociais e jovens cheios de vontade. Após este momento,



271 continuou envolvido com o processo, participando de conversas que o coletivo fazia
272 com vistas a potencializar as ações de mobilização ou não. Mas, é importante que
273 o CRP SP saiba que as ações realizadas foram emergenciais e demandaram muita
274 energia de todas(os), porém, não há como ter a mesma energia para todas as
275 ações que o CRP SP realiza. Considera que foi uma ação acertada, mas que esses
276 acertos implicam em novas demandas, que também pedem ações focadas e
277 energia, como o Seminário do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e as
278 Oficinas de Racismo Institucional, que têm sido organizadas pelo Subnúcleo
279 Psicologia e Relações Raciais. Demandas como as citadas, provocadas pelo CRP
280 SP, chegaram ao Gabinete do Secretário da Assistência Social, o que não
281 acontecia com facilidade na política pública do estado de São Paulo. Conseguiu-se
282 agenda na Secretaria Estadual de Assistência Social. Presente na ocasião, o
283 conselheiro Joari revela que havia folheto do CRP SP sobre o Seminário do
284 Sistema Único de Assistência Social (SUAS), realizado nos dias 20 e 21 de março
285 com o tema “10 anos do Sistema Único de Assistência Social: contribuições e
286 desafios da psicologia para o enfrentamento da desigualdade social”. Dessa forma,
287 o CRP SP alcançou visibilidade e conheceu posicionamento de outras pessoas,
288 que geram novas demandas. Julia Joia, convidada para participar da plenária nos
289 pontos referentes à criança e adolescente comenta que, no seu entendimento, o
290 grupo que se articulou acolheu grande parte das angústias do CRP SP. Informa
291 que se vinculou à Comissão de Comunicação, cuja reunião ocorreu na última
292 semana. Uma das perspectivas que tem é de que demore entre 2 (dois) e 3 (três)
293 anos para que se defina a aprovação ou não da PEC. Assim, é importante que se
294 tenha uma estratégia de como o CRP se posicionará em médio e longo prazos, que
295 pode ser pela mobilização de forma mais consistente e continuada. Pontua que não
296 tem certeza se as quatro comissões criadas pelo grupo é o melhor desenho. A
297 preocupação é como não perder essa articulação ao longo do tempo. Julia Joia
298 questiona quais outras ações o CRP proporá, além do Seminário dos 25 anos do
299 ECA e do Cineclube que abordará essa temática. Apresenta como desafio pensar
300 em outras ações para o ano, para potencializar esses encontros que têm ocorrido
301 por conta da mobilização contra a redução da maioridade penal. Questiona como
302 aproveitamos disso para fortalecer a campanha. Bruno Simões Gonçalves
303 questiona como era anteriormente a relação do Conselho com os movimentos
304 sociais, tendo em vista a rede que se articulou em prol do posicionamento contra a
305 redução da maioridade penal, pois entende que pode se ter articulações
306 semelhantes para outras pautas também. Maria Ermínia Ciliberti defende que o
307 CRP tenha representantes nas quatro comissões que foram criadas. Sugere
308 também o uso da ‘TV Camara’ para realizar debate sobre o assunto, bem como a
309 contratação de assessoria de imprensa, que pode ser terceirizada, para colocar



310 essas pautas na mídia. Sandra Elena Sposito comenta que em Bauru organizaram,
311 junto com outras entidades e grupos políticos, um Comitê. Maria Orlene Daré fez
312 uma reunião com mais de 30 (trinta) pessoas na Subsede e haverá ato na rua junto
313 com esse coletivo do dia 18 de abril. Para essa atividade, estão preparando uma
314 carta e panfletos, conjuntamente com esses movimentos. Informa que à medida
315 que essas ações forem sendo realizadas, serão divulgadas. **Encaminhamento: A)**
316 Continuar trabalhando de forma articulada nesse movimento de entidades e
317 coletivos que estão articulados, o que envolve participar das comissões que foram
318 criadas por esse grupo; **B)** Potencializar a parceria com atores que se
319 manifestaram contra a redução da maioridade penal e que tenham potência, para
320 dar visibilidade às ações realizadas, como a Associação Brasileira de Organizações
321 Não Governamentais - ABONG e a Rede Nossa São Paulo. Ação que pode auxiliar
322 o trabalho de assessoria de imprensa. **C)** Utilizar espaços como a 'TV Camara'
323 para debates sobre esse tema. **D)** A Comunicação ficará responsável pela
324 produção de materiais gráficos referentes a esse tema, como camisetas, adesivos
325 e pins. **E)** A pauta deverá ser trabalhada de forma transversal, considerando que
326 poderá ser tema para as comemorações do dia '18 de maio', considerar também a
327 temática do enfrentamento à violência sexual infantil. **4.3) Fundação Casa** – O
328 conselheiro Gustavo de Lima Bernardes Sales informa que outra ação que tem sido
329 realizada nas subsedes são as Rodas de Conversa com as psicólogas(os) que
330 atuam na Fundação Casa. Trata-se de um espaço de diálogo com os profissionais,
331 onde muitos têm se posicionado pela necessidade de um enfrentamento
332 institucional, uma vez que as dificuldades encontradas extrapolam o exercício
333 profissional. Em 11 de abril será realizada uma reunião, da qual participará com o
334 coletivo de trabalhadoras(es) da Fundação Casa, cuja pauta será o aviltamento do
335 trabalho das(os) psicólogas(os) e assistentes sociais da Fundação Casa. A respeito
336 do documento que está sendo elaborado a partir de conversa com Conselho
337 Regional de Serviço Social de São Paulo - CRESS SP, Ministério Público e este
338 CRP SP, pondera a importância de que se acompanhe a elaboração do documento
339 de perto, cuidando para que não seja um documento acusatório em relação ao
340 trabalho das(os) psicólogas(os) que atuam nesses espaços. Considerando que a
341 colaboradora Julia Joia tem feito essa interlocução pelo CRP SP, registra-se a
342 importância de que ela seja subsidiada com os encaminhamentos e
343 posicionamentos deste plenário em relação a essa discussão. Comenta que
344 recentemente houve debate sobre a Escuta Especial e que é iminente a
345 implantação de espaços de escuta na cidade de São Paulo. Cita-se também que é
346 possível articular as duas ações que o CRP SP tem feito em relação à Fundação
347 Casa, tendo em vista a defesa das condições técnicas de trabalho alinhado com a
348 garantia dos direitos dos adolescentes que estão em cumprindo de pena: as Rodas



349 de Conversa com as(os) psicólogas(os) que atuam nesse espaço e as fiscalizações
350 de unidades da Fundação Casa, em ação conjunta com o Conselho Regional de
351 Assistência Social de São Paulo e a Defensoria Pública. Entende-se que há mais
352 pontos de encontro nessas duas ações do que pontos de conflito. Sandra Elena
353 Sposito comenta que a Conferência de Criança e Adolescente, em Bauru, será
354 realizada no dia 28 de abril e que a Subsede está se organizando para participar.
355 Informa que foi realizado evento na Subsede de Bauru sobre a Fundação Casa e
356 foram encaminhados os convites para as unidades da região, mas as
357 coordenações estaduais proibiram a participação de psicólogas(os) e assistentes
358 sociais nessas atividades. Aponta sua preocupação de realizar fiscalizações às
359 unidades da Fundação Casa na conjuntura atual, pois pode gerar “revanchismo”.
360 Por isso, defende que as fiscalizações desses espaços sejam feitas no sentido de
361 averiguar as condições de trabalho, pontuando que a própria proibição da
362 participação das(os) profissionais psicólogas(os) nas atividades do CRP já são
363 indicativos das condições de trabalhos impostas a esses profissionais, assim, como
364 o produto dessas fiscalizações também devem apontar para as condições de
365 trabalho. Gabriela Gramkow explica que a posição adotada pelo CRP SP em
366 relação às fiscalizações às unidades da Fundação Casa é essa apontada por
367 Sandra Elena Sposito. Informa que o CRP SP foi contatado por um promotor para
368 que realizássemos inspeções nas nessas unidades e, depois, soubemos que o
369 CRESS SP havia sido acionado para a mesma demanda, então, resolvemos
370 realizar a ação conjunta, mas foi pactuado que o foco seria sempre nas condições
371 de trabalho e nos direitos dos internos. Guilherme Luz Fenerich completa que o
372 CRESS pretende, após o término das fiscalizações, elaborar um documento
373 semelhante aos documentos do CREPOP (Centro de Referência Técnica em
374 Psicologia e Políticas Públicas). Gustavo de Lima Bernardes Sales informa que a
375 pauta da reunião que participará no dia 11 de abril é a respeito das condições de
376 trabalho da Fundação Casa e o CRESS também foi convidado a participar. Para
377 ele, é importante que essa ação seja articulada com o Núcleo Mundo do Trabalho,
378 para definição do posicionamento do CRP SP. **Encaminhamento:** As fiscalizações
379 às unidades da Fundação Casa devem apontar para as condições técnicas de
380 trabalho que devem ser atendidas para que se possibilite a qualificação do trabalho
381 das(os) psicólogos(as) e do cumprimento das medidas socioeducativas. **4.4)**
382 **Projeto de Lei 7563/2014 (Desburocratiza o processo de adoção)** – Guilherme
383 Luz Fenerich aponta para o Projeto de Lei 7563/2014, que estava tramitando e que
384 regula que, em determinados casos, o poder familiar pode ser destituído
385 imediatamente. Há notícias de que ele possa voltar à agenda em breve.
386 **Encaminhamento:** Solicita-se à Comissão de Acompanhamento de Projetos de Lei
387 que mantenha o plenário informado acerca da tramitação desse PL. **4.5) Núcleo**



388 **Metropolitano de Criança e Adolescente** - Gustavo Lima Bernardes Sales
389 comenta que tem tentado efetivar na plenária a consolidação do Núcleo
390 Metropolitano de Criança e Adolescente. Já houve indicação de alguns nomes para
391 compor esse grupo. Considera essa providência necessária, para pensar na
392 articulação que se exige na região metropolitana. **Encaminhamento:** O plenário
393 não se opõe à formação e composição do Núcleo Metropolitano de Criança e
394 Adolescente, cujos nomes deverão ser aprovados em plenária. O plenário
395 agradece a participação de Julia Joia, que se retira da plenária ao fim da discussão
396 desse ponto. **V) NOTA DO CRP SOBRE DEMANDAS DO JUDICIÁRIO** - O
397 conselheiro Joari Aparecido Soares de Carvalho apresenta ao plenário o
398 documento que está sendo divulgado que apresenta o posicionamento deste CRP
399 SP sobre a solicitação de prontuários. Informa que esse documento foi elaborado
400 com auxílio da assessoria jurídica do CRP SP. Como não existe uma
401 regulamentação específica sobre esse assunto, o documento apresentado trará o
402 precedente. Sandra Elena Sposito questiona se são feitas as listagens dos
403 documentos que devem ser entregues pelas(os) psicólogas(os) e Joari Aparecido
404 Soares de Carvalho comenta que muitas vezes é solicitado o prontuário completo.
405 No caso específico para o qual o documento com o posicionamento do CRP foi
406 utilizado, tratava-se de atendimento de um profissional que já não trabalhava mais
407 na unidade. Maria Ermínia Ciliberti pondera que a entrega de documentação,
408 atendendo à decisão judicial, não configura quebra de sigilo. Informa também que
409 concorda com o teor do texto. Sugere que seja pautado em plenária futura a
410 orientação para juízes que quebram o sigilo do prontuário e indica que a Comissão
411 de Orientação e Fiscalização poderia preparar o ponto. Joari Aparecido Soares de
412 Carvalho entende que é preciso aprofundar a discussão no sentido de não
413 banalizar a quebra de sigilo. Para ele, o documento de orientação que foi criado
414 poderá subsidiar uma Nota Técnica sobre o assunto e questiona se não seria o
415 caso de pautar o assunto em APAF, para um debate mais amplo do Sistema
416 Conselhos. Aristeu Bertelli da Silva, nesse momento, mostra-se descontente com a
417 maneira como as coisas tramitam na APAF, pois não se tem a certeza de que o
418 ponto pautado seja resolvido de forma rápida. Muitos passam anos para que sejam
419 definitivamente deliberados. Assim, sugere que o CRP já se posicione, inclusive
420 com a elaboração da Nota Técnica. Entende que deve haver a recomendação
421 à(ao) psicóloga(o) de que o usuário seja cientificado sobre o pedido do prontuário.
422 Considerando a necessidade de entrega do prontuário sob solicitação judicial,
423 pondera que pode ser adotado procedimento semelhante ao recomendado pelo
424 Cremesp, de que sejam entregues o prontuário para outro profissional da mesma
425 área, no caso, para uma(um) psicóloga(o). Guilherme Luz Fenerich aponta que a
426 Nota Técnica não deve ser construída especificamente para CREAS e CRAS.



427 Maria Ermínia Ciliberti pondera acerca dos bons usos do prontuário. Ilana Mountian
428 sugere a realização de um Seminário a respeito do prontuário. **Encaminhamento:**
429 Encaminha-se à Comissão de Orientação e Fiscalização para que elaborem Nota
430 Técnica a respeito dos prontuários, que deverá trazer o sigilo como direito do
431 usuário, responsabilizar as(os) técnicas(os) envolvidas(os) no sistema de justiça e
432 orientar sobre as denúncias de uso inadequado do material. Também fica o
433 indicativo de que se deve pensar em métodos de dar seguimento aos debates e
434 intervenções do judiciário e, nesse sentido, devem-se qualificar as discussões à
435 respeito do prontuário. Pede-se à COF que traga sugestões ao plenário sobre
436 formas de qualificar essa discussão. **VI) SUBNÚCLEO PSICOLOGIA E POVOS**
437 **INDÍGENAS** - O conselheiro Bruno Simões Gonsalves informa seu desligamento
438 do Subnúcleo Psicologia e Povos Indígenas, por motivos pessoais, mesma razão
439 pela qual também se afastou do Grupo de Trabalho da Subsede Metropolitana. Se
440 dispôs a continuar a ajudar e contribuir, mas agora não fará mais o
441 acompanhamento diretamente. O subnúcleo já foi comunicado do desligamento e
442 que o assunto seria pauta de plenária, para indicações de pessoas que possam
443 ficar com a coordenação do grupo. Elisa Zaneratto Rosa conta que realizou reunião
444 com o grupo, e que ficou esclarecida a questão de serem denominados nesta
445 gestão como Subnúcleo e não mais como Grupo de Trabalho Psicologia e Povos
446 Indígenas, como eram denominados na gestão anterior. Devido à experiência com
447 esse grupo, pensou-se em Lumena Celi Teixeira para coordenar esse Subnúcleo e,
448 como o conselheiro Sérgio Augusto Garcia Júnior participou desse GT e tem
449 discutido essas questões da terra na Subsede de Sorocaba, se dispôs a participar
450 do subnúcleo como co-coordenador, fazendo a interlocução com a plenária. Luiz
451 Eduardo Valiengo Berni também foi consultado e se dispôs a contribuir caso seja
452 necessário, mas informou sua indisponibilidade em assumir esse grupo devido às
453 demandas que assumiu: presidência da Comissão de Orientação e Fiscalização, as
454 pautas ligadas à laicidade e, possivelmente, também as ligadas à psicoterapia.
455 Bruno Simões Gonçalves seguiria como coordenador do Núcleo Questões da
456 Terra, Raça e Etnia, pois divide com Sérgio Augusto Garcia Júnior as questões
457 ligadas a terra e, com Jonathas José Salathiel da Silva, as demandas relativas à
458 questão raciais. Elisa Zaneratto Rosa consulta a plenária sobre o interesse e
459 disponibilidade em contribuir com o Núcleo. **Encaminhamento:** O plenário aprova
460 a proposta apresentada, qual seja: Subnúcleo Psicologia e Povos Indígenas será
461 coordenado por Lumena Celi Teixeira, tendo como co-coordenador Sérgio Augusto
462 Garcia Júnior. **VII) JORNAL PSI** – José Agnaldo Gomes comenta que já foi tirado
463 em plenária anterior que a próxima edição do Jornal Psi deveria ser temática sobre
464 os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. A proposta da diretoria é de
465 que seja criado um GT para cuidar dessa pauta. **Encaminhamento:** O plenário



466 acata a sugestão da Diretoria de formação de um grupo que ficará responsável
467 pela pauta desta Edição do Jornal. O grupo será composto por: José Agnaldo
468 Gomes, Dário Henrique Teófilo Schezzi e Camila de Freitas Teodoro, pela
469 Comunicação; Adriana Eiko Matsumoto, Elisa Zaneratto Rosa, Gabriela Gramkow e
470 Guilherme Luz Fenerich, pela Diretoria; Gustavo de Lima Bernardes Sales, pelo
471 Núcleo de Criança e Adolescente; Aristeu Bertelli da Silva, Maria Ermínia Ciliberti,
472 Joari Aparecido Soares de Carvalho, Marília Capponi e membro do Núcleo de
473 Assistência Social ainda a ser definido, pelo GT 25 anos do ECA; e pelo
474 conselheiro Bruno Simões Gonçalves. **VIII) APRECIÇÃO DE PROCESSOS**
475 **PESSOA FÍSICA E JURÍDICA** - O conselheiro secretário cientificou o plenário
476 sobre os processos de pessoas física e jurídica para aprovação.
477 **Encaminhamento:** Foram aprovados: Pessoa física – 426 (quatrocentas e vinte e
478 seis) inscrições novas; 36 (trinta e seis) reativações; 06 (seis) inscrições
479 secundárias; 11 (onze) inscrições por transferência; 02 (duas) suspensões da
480 solicitação por desistência; 178 (cento e setenta e oito) cancelamentos a pedido; 18
481 (dezoito) cancelamentos por transferência e 26 (vinte e seis) cancelamentos por
482 não apresentação do diploma. Para Pessoa jurídica - 17 (dezessete) registros, 8
483 (oito) cadastros, 03 (três) alterações contratuais, 14 (quatorze) cancelamentos a
484 pedido e 01 (um) cancelamento por débito. Total Geral de processos aprovados –
485 pessoa física e jurídica: 746 (setecentos e quarenta e seis), conforme folha anexa
486 que é parte integrante desta ata. **IX) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**
487 **ESPECIALISTA** - O conselheiro secretário científica o plenário da relação de
488 psicólogos (as) para deliberação quanto à solicitação de título de especialista.
489 **Encaminhamento:** Concedeu na modalidade concurso: 01 (um) na área da
490 Psicologia do Trânsito e na modalidade curso: 01 (um) na área da Psicologia
491 Organizacional de do Trabalho, 94 (noventa e quatro) na área da Psicologia do
492 Trânsito, 13 (treze) em Psicologia Clínica, 2 (dois) em Psicologia Hospitalar, 01
493 (um) em Psicopedagogia, 03 (três) em Neuropsicologia. Indeferiu, na modalidade
494 cursos, 01 (um) na área de Psicologia Clínica. Totalizando 116 (cento e dezesseis)
495 processos apreciados, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **X)**
496 **PONTOS PARA PRÓXIMA PLENÁRIA** – Maria Ermínia Ciliberti solicita que seja
497 pauta das plenárias ordinárias do mês de maio o “Autismo” e “Fiscalizações no
498 Hospital Psiquiátrico Pinel”. Nada mais havendo a tratar a senhora conselheira
499 presidenta deu por encerrada a sessão, da qual eu, conselheiro secretário
500 Guilherme Luz Fenerich, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada
501 por todos os presentes. São Paulo, dez de abril de dois mil e quinze.



Adriana Eiko Matsumoto

Bruno Simões Gonçalves

Aristeu Bertelli da Silva

Camila de Freitas Teodoro

Elisa Zaneratto Rosa

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Gabriela Gramkow

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Guilherme Luz Fenerich

Jonathas José Salathiel da Silva

Ilana Mountian

Lívia Gonsalves Toledo

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Maria das Graças Mazarin de Araújo

José Agnaldo Gomes

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Regiane Aparecida Piva

Maria Ermínia Ciliberti

Sandra Elena Sposito